



# PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Outubro a Dezembro de 2020

Ano 45 – Nº 247

Foto: MST

## 2020: o ano do fim do mundo... como o conhecemos

Págs.: 8 e 9



Foto: Leandro Santos - Cocalinho/MA



***Radar das queimadas:  
Amazônia, Cerrado  
e Pantanal em chamas***

Pág.: 15

## EDITORIAL

## 2020: o ano das trevas

Mais uma edição do Pastoral da Terra feita no contexto da pandemia e do isolamento social. 2020 foi um ano desafiador, difícil, cruel. Para além da pandemia, um governo genocida, racista, misógino, homofóbico, cujas garras se espalharam, também, contra os povos do campo e o meio ambiente. Vimos o fogo lamber os biomas brasileiros. Cerrado, Amazônia e Pantanal, principalmente, bateram os recordes de fogo. A Articulação das CPT's do Cerrado criou o "Radar das Queimadas", para que as comunidades pudessem acompanhar e denunciar os incêndios. E como bem a Articulação lembrou, o fogo não chega sozinho, vem acompanhado da grilagem e demais violências contra os povos do campo.

No marco dos 5 anos da tragédia criminosa do rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG), mais um projeto megalomaniaco de extração de ferro, coloca em risco comunidades e povos do campo entre o Norte de Minas Gerais e o Sul da Bahia. O Projeto Bloco 8 da SAM, empresa de capital chinês, tem tirado o sossego, mais uma vez, dos moradores da região.

Mesmo na pandemia, a investida do capital contra os territórios camponeses permaneceu, em detrimento da saúde pública. Tentativas de despejos, invasões e diversas violências permaneceram nesse cenário, mesmo diante das restrições e riscos vividos. Um dos despejos mais marcantes, foi o despejo do acampamento Quilombo Campo Grande, no Sul de Minas. Ele fica para a história como o mais longo do século XXI no Brasil. Uma operação programada para começar e terminar na manhã do dia 12 de agosto, tornou-se uma saga que deixa profundas marcas nas lutas sociais do estado. Por 56 horas, famílias sem-terra resistiram pacificamente à pressão da Polícia Militar. Em meio à pandemia, com autoridades sanitárias recomendando evitar aglomerações, 150 policiais esgotaram as vagas dos hotéis nas cidades de Campo do Meio e Campos Gerais. Era o 12º despejo na trajetória do Quilombo Campo Grande, uma área com 11 acampamentos, cerca de 450 famílias e mais de 2 mil pessoas.

Guilherme Delgado, da ABRA, faz uma análise de conjuntura atual. Para ele, em 2020, um dos principais arautos do negacionismo é o governo Trump, que é derrotado e que, em consequência, o candidato vencedor elege a estratégia de re-adesão ao Acordo de Paris, colocando explicitamente a Amazônia brasileira nesse processo. Esse fato da conjuntura tem uma importante contribuição do ponto de vista do jogo do poder para mudar certas correlações. Uma estratégia negacionista aqui e nos Estados Unidos deve voltar a uma situação anterior, em que não estava nem um pouco consubstanciada às estratégias de uma economia ecológica, mas também não negava a crise climática. A segunda situação significativa é uma questão que, em 2018, o Vaticano tratou sob o título de "Oeconomicae et pecuniariae quaestiones", a crise financeira internacional. Esse fenômeno tem larga consequência na vida social, sendo as mais graves o desemprego, a desigualdade econômica e a queda de rendimento, manutenção e subsistência das famílias. Em 2020, a pandemia agrava essa situação. Em terceiro lugar temos um projeto brasileiro da queda da ordem institucional, que foi iniciado em 2015 e se exacerbou no governo de extrema direita de Bolsonaro.

Mesmo diante das trevas, continuamos acompanhando a resistência dos povos, a solidariedade e a resiliência. Principalmente, a organização e resistência das mulheres, sempre atentas e fortes. Nesse fim de ano, lembramos: "O povo que andava na escuridão viu uma forte luz; a luz brilhou sobre os que viviam nas trevas...". Que não percamos a esperança! Feliz Natal e um 2021 de esperança, assim desejamos!

Boa leitura!


**PUBLICAÇÕES**
**Países da Pan-Amazônia lançam Atlas de conflitos socioterritoriais**

Iniciativa traz dados de Bolívia, Brasil, Colômbia e Peru. Além de mapear conflitos entre os anos de 2017 e 2018, publicação é composta também por textos analíticos sobre a conjuntura dos países, bem como casos emblemáticos de violação de direitos dos povos da região pan-amazônica, sob organização da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O levantamento registra 1.308 conflitos ativos - ou seja, com desdobramentos - no cenário dos anos 2017 e 2018, muitos dos quais seguem constantes. A pesquisa considera números qualificados estado por estado, departamento por departamento, nos quatro países. Ao todo as lutas socioterritoriais envolveram 167.559 famílias amazônicas. Acesse o documento em [cptnacional.g.br](http://cptnacional.g.br).


**I Cartilha LGBTI da Via Campesina  
"DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA VIA CAMPESINA: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo"**


Durante a Plenária LGBTI, realizada no dia 5 de dezembro, virtualmente, ocorreu o lançamento da I Cartilha LGBTI da Via "DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA VIA CAMPESINA: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo". A publicação é resultado do esforço coletivo de nossas organizações camponesas em compreender esta temática, e produzir subsídios para ampliarmos a compreensão sobre a diversidade humana e os desafios de superar a sociedade de classes, o racismo e o patriarcado que são bases estruturantes deste sistema de dominação.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra - ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

**Secretaria Nacional:** Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás - CEP: 74030-090.

**Fone:** (62) 4008-6466 - **Fax:** (62) 4008-6405.

[www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br) / [comunicacao@cptnacional.org.br](mailto:comunicacao@cptnacional.org.br)

**Presidente**  
Dom André de Witte

**Vice-presidente**  
Dom José Lonilton

**Coordenadores Nacionais**  
Paulo César Moreira  
Jeane Bellini  
Isolete Wichinieski  
Ruben Siqueira

**Redação**  
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)  
Antônio Canuto  
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0005157/GO)  
Amanda Costa (Reg. Prof.: 0004075/GO)  
Rede de comunicadores da CPT

**Jornalista responsável**  
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

**Impressão**  
LSV Produção Gráfica Ltda.  
**Diagramação**  
Vivaldo da Silva Souza

**APOIO**

**Brot für die Welt**

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR  
**Development and Peace**



**MISEREOR**  
• IHR HILFswerk

**ASSINATURAS**

Anual R\$ 10,00.  
Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0 Comissão Pastoral da Terra CNPJ: 02.375.913/0001-18  
Para doações internacionais:  
IBAN: BR95 0036 0305 0452 0000 0003 860C 1  
Código Swift: CEFXBRSP  
Informações [cpt@cptnacional.org.br](mailto:cpt@cptnacional.org.br)  
Tiragem: 3.750 exemplares



## Quatro pessoas, sendo 3 da mesma família, são executadas na saída de garimpo em MT

*Quatro pessoas foram assassinadas em uma chacina na saída do garimpo de Aripuanã, a 976 km de Cuiabá, no dia 21 de novembro. Desde que o garimpo no local foi legalizado, em julho de 2019, o número de homicídios aumentou, quase 300%. De acordo com um levantamento da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP), em 2018, de janeiro a agosto, foram registradas três mortes. No mesmo período de 2019, foram 11 assassinatos.*

Na chacina ocorrida no mês de novembro deste ano, foram mortos Elzilene Tavares Viana, de 41 anos, conhecida como Babalu; o filho dela, Luiz Felipe Viana Antônio da Silva, de 19 anos; o marido dela, Leôncio José Gomes, de 40 anos; e Jonas dos Santos, de 25 anos (que era garimpeiro). A polícia não informou o que as vítimas faziam no local.

Os corpos foram encontrados depois que pessoas próximas procuraram a Polícia Civil para informar sobre o desaparecimento de Jonas, que era ga-

rimpeiro e não apareceu para o trabalho. Segundo a investigação, as vítimas desceram a serra no garimpo quando foram abordadas por quatro homens armados que bloquearam a estrada usando uma caminhonete. As vítimas, então, foram algemadas, levadas para uma estrada, em direção ao município de Juína, e, em seguida, executadas.

Segundo o boletim de ocorrência, Jonas, o amigo, iria para Juína, a 737 km de Cuiabá, e pegou carona com a família. Uma quinta pessoa que estava com o gru-

po sobreviveu. Segundo a polícia, a mulher não foi morta porque disse que estava grávida.

Após o crime, os suspeitos incendiaram um dos veículos e o fogo atingiu um dos corpos - os demais foram encontrados com ferimentos.

As investigações estão em andamento para identificar os suspeitos e esclarecer a motivação do crime. O caso é investigado pela Polícia Civil. Nenhum suspeito foi preso ou identificado até o momento. (G1)

## Reintegração de posse retira ilegalmente famílias de seringal em Boca do Acre (AM)

*Nove famílias, que viviam havia 17 anos na região do Seringal Igarapé Grande, próximo à BR-317, foram retiradas de suas moradias após cumprimento de decisão judicial. O Seringal está localizado no município de Boca do Acre, ao sul do Estado do Amazonas.*

A área em litígio, no entanto, compreendia o lugar onde cinco, das nove famílias, viviam. Segundo informações locais, o proprietário que reivindica a posse da terra teria indicado ao oficial de justiça que todas as famílias estavam na área onde deveria ocorrer a reintegração de posse.

Após a reintegração ter sido exe-

cutada, as casas foram destruídas. Em seguida as famílias se dirigiram para a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no município.

O órgão confirmou que quatro famílias foram retiradas ilegalmente, pois estavam fora da área em disputa judicial. O Incra cedeu um espaço onde foram



mantidos os pertences das famílias, que seguiram, conforme relatos locais, para casas de familiares na cidade.

(Com informações da CPT- Regional Acre)

## Trabalhadores da Zona da Mata de Pernambuco fazem protestos simultâneos em Palmares e Moreno para cobrar regularização de suas terras

*Cerca de 500 trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares de diversos municípios da Zona da Mata de Pernambuco fizeram, no dia 9 de novembro, um protesto nas BRs 101 Sul, na altura do entroncamento de acesso a Catende e Maceió, e na BR 232, na altura do Parque Aquático de Moreno.*



Os agricultores e agricultoras cobram do Governo de Pernambuco a regularização de suas terras, assegurando-lhes o direito que possuem de permanecer

nelas, trabalhando e produzindo alimentos. As famílias esperam ser ouvidas pelo governador Paulo Câmara.

Atualmente, mais de 1.500 famílias agricultoras posseiras que vivem em comunidades camponesas na Mata Sul e Norte, há várias décadas, encontram-se ameaçadas de expulsão e vítimas de violações de direitos humanos promovidas por empresas dos ramos imobiliário, sucroalcooleiro e pecuarista, as quais exploram economicamente a área.

Até que a regularização de suas

posses não seja concretizada, as famílias cobram a implementação de medidas que lhes garantam segurança e inibam a violência a que estão submetidas, como ameaças de morte, perseguições, tentativas de assassinato, destruição de lavouras, contaminação de fontes de água, vigilância com drones, cárcere privado, entre outras violações.

Desde o mês de março - quando as violações se tornaram mais constantes -, representantes das comunidades ameaçadas vêm buscando, sem resultado, dialogar diretamente com o Governador Paulo Câmara. A despeito de já terem participado de audiências e reuniões com órgãos de governo, a situação não teve nenhuma resolução efetiva. (CPT Nordeste II)

## Líder rural da Amazônia é 1ª brasileira a vencer prestigioso Prêmio Edelstam na Suécia

Foto: Reprodução



*Símbolo da luta pelos direitos dos pequenos agricultores, pelo território, por direitos humanos e pela defesa da Floresta Amazônica no Pará, a trabalhadora rural e líder comunitária Osvailinda Marcelino Alves Pereira tornou-se a primeira brasileira a vencer o prestigiado Prêmio Edelstam na Suécia.*

A cerimônia digital de entrega da premiação foi realizada no dia 24 de novembro e teve a participação do primeiro-ministro sueco, Stefan Löfven, e da Alta Comissária da ONU para Direitos Humanos, Michelle Bachelet.

“A corajosa atuação da Sra. Osvailinda, denunciando a extração ilegal de madeira na Amazônia apesar das constantes ameaças e defendendo suas convicções em tempos em que se exige justiça, é um exemplo importante da resiliência necessária para proteger e defender o meio ambiente”, afirmou Caroline Edelstam, presidente do júri do Prêmio Edelstam.

A primeira reação de Osvailinda ao prêmio foi pensar que ela e o marido, Daniel Alves Pereira, sempre lutaram por uma vida melhor para os agricultores, mas que ninguém enxergava isso. “Nosso sofrimento aqui é só entre a gente mesmo, porque o governo brasileiro não enxerga”, observou Osvailinda, que diz ter uma mensagem para o presidente Jair Bolsonaro. (RFI)

## CRIMES MINERAÇÃO

# Mar de lama nunca mais?

*Ao mesmo tempo em que, após cinco anos, famílias atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos em Mariana ainda reivindicam por justiça e reparação, empreendimento de mineração de dimensão ainda maior concentra esforços para ser licenciado no Norte de Minas e Sul da Bahia*

AMANDA COSTA\*

“Mataram aquele povo em Mariana e vocês ainda tem sono pra dormir? Isso aí não foi gente que me falou não, eu vi passando o tanto de gente morta. Ninguém me contou, eu vi no jornal”. O questionamento inicial é de Dona Adelina, 81 anos, nascida e criada na comunidade Lamarão, em Grão Mogol (MG), aos grandes empresários da Sul Americana de Metais (SAM), empresa de capital chinês que ameaça comunidades do Vale das Cancelas, no Norte de Minas Gerais, e do Sul da Bahia com um megaprojeto de mineração de ferro. A marca da tragédia em Mariana fica não só em quem a sentiu na pele, mas também na memória dos que não a viveram, mas convivem com o medo diário de ficarem expostos a um empreendimento ainda mais perigoso.

Há cinco anos, completados no dia 05 de novembro, o rompimento da barragem de Fundão em Mariana, propriedade da empresa Samarco e que continha 43,8 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério, assassinou 19 pessoas e deixou, pelo menos, 1,9 milhão de pessoas atingidas ao longo da bacia do Rio Doce, de Minas Gerais ao litoral do Espírito Santo. Em Brumadinho, em 2019, a Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, da mineradora Vale, tinha capacidade para armazenar 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos e também se rompeu, soterrando 270 pessoas (11 ainda estão desaparecidas).

Diante das consequências desses crimes, é possível imaginar o que pode causar o rompimento de uma barragem que está projetada para ter uma capacidade para suportar 845 milhões de metros cúbicos de rejeitos? Os moradores das comunidades que serão afetadas pelo Projeto Bloco 8 da SAM, que atualmente tenta a todo custo ser licenciado, não só imaginam como também vivem preocupados com a possibilidade de a história se repetir e, por isso, são quem de fato não dormem. Esta seria a segunda maior barragem de

rejeitos de mineração do mundo, podendo gerar 1,5 bilhão de toneladas de rejeitos em apenas 18 anos, época de sua vida útil.

O Projeto Bloco 8 é uma ampliação de um projeto inicial da Votorantim Novos Negócios, criado em 2009, originalmente intitulado Projeto Salinas e depois Projeto Vale do Rio Pardo. Sua versão ini-

váveis (Ibama) ao projeto, a SAM, então subsidiária da chinesa Honbridge Holdings Ltd., inicia uma nova estratégia para o licenciamento, agora de forma fragmentada: o complexo de extração (onde será feita a cava) pelo estado de Minas Gerais, através da Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI), e o mineroduto

empreendimento. Porém, em uma última decisão, o juiz Marco Fratteezi Gonçalves, abriu possibilidade de o Ibama delegar o licenciamento do complexo de extração ao estado de Minas Gerais, se assim optar. Em novembro, Jin Yongshi e Gizelle Tocchetto, dirigentes da SAM, se reuniram com deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para pedir apoio para a aprovação do projeto.

## O crime se renova

Após cinco anos do maior crime socioambiental do Brasil, os gritos de Mariana ainda ecoam e pedem por justiça. No dia 05 de novembro famílias atingidas divulgaram uma carta-denúncia sobre as violações de direitos por parte das duas maiores mineradoras do mundo, a brasileira Vale e a anglo australiana BHP (controladoras da Samarco), com suas reivindicações por reparação integral. Segundo procuradores integrantes da Força-Tarefa Rio Doce do Ministério Público Federal (MPF), até hoje nenhuma das ações reparatórias esperadas foi concluída.

O eco dos gritos soa ainda mais alto aos povos tradicionais geraizeiros do Norte de Minas, presentes na região há, pelo menos, sete gerações e que hoje compõem 73 comunidades. Não se deixam esquecer. Já expostos à exploração do agronegócio e a um déficit hídrico, se vêem diante da possibilidade de impactos de escala ainda maior e irreparáveis, tanto de seus modos de vida em comunidade quanto a suas relações com a terra, o cerrado. Dona Adelina, que mostrou que sabe bem as consequências da exploração de minério, também lamenta: “É mal disso que eu adoeço. Eu penso que eu não acostumo não. Aqui eu tenho onde mexer com meus trem tudo, minha roça, meus trem, meus filhos”.



Foto: Cristiane Passos/CPT Nacional

cial previa a construção de um complexo extrativista (mina e barragens) abrangendo quatro municípios no norte do estado de Minas Gerais, Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta de Leite e Josenópolis, e a construção de um mineroduto de 482 km de extensão para escoamento do minério de ferro produzido. Esse mineroduto cruzaria 09 municípios de Minas Gerais e outros 12 municípios da Bahia até o Complexo Portuário e de Serviços Porto Sul, em Ilhéus (BA), outro empreendimento que recentemente teve suas obras autorizadas. Ambos trarão impactos a um corredor ecológico de remanescentes da Mata Atlântica onde se cultiva cacau e que é refúgio de espécies raras. É neste porto que a água poluída seria descartada e o minério exportado para o mercado siderúrgico da China.

Em 2017, após vários pareceres negativos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Reno-

junto ao Ibama, por meio de uma terceira empresa, a Lótus Brasil Comércio e Logística LTDA.

Vale ressaltar, porém, que a SAM apresentou a Lótus como uma empresa independente, mas em seu quadro de sócios encontra-se Kuo Hsin Yi, Lotus Fortune Holdings Ltd. e Sul Americana de Metais, o que sinaliza que é uma empresa criada pela própria SAM. “Isso demonstra que a fragmentação do empreendimento tem o único objetivo de burlar a legislação”, afirma o Coletivo Margarida Alves, grupo que presta assessoria jurídica popular aos moradores e moradoras das comunidades da região que será impactada pelo projeto.

Apesar dessa estratégia utilizada pela SAM, em agosto deste ano a Justiça Federal declarou o Ibama como o único órgão competente para realizar o licenciamento do Projeto do Bloco 8, por entender que o complexo de extração e o mineroduto correspondem ao mesmo

\*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

## ANÁLISE DE CONJUNTURA

# A tríplice crise brasileira: caminhos de sombras e luzes

GUILHERME DELGADO\*

A conjuntura nada mais é do que a história em movimento e que nós verificamos no tempo presente. Existe uma perspectiva do sentido da história que, em geral, não coincide com o movimento do concreto imediato. Este movimento do concreto imediato é importante conhecer, mas com a clareza de que traduz e expressa um jogo de forças no qual, em geral, os setores mais frágeis da sociedade não estão bem representados. Existem situações históricas pré-existentes no momento presente que possuem um caráter seminal, no sentido que se prolongam e propagam de forma crítica. São três crises que se condensam e vêm de algum tempo: a crise ecológica, a crise financeira e a crise política.

A crise ecológica tem início com as mudanças climáticas, porque esse é um fenômeno ligado à forma como a economia humana trata a natureza em suas relações de produção. Portanto, a crise ecológica tem leituras diversas, incluindo uma negacionista, que ao mesmo tempo confirma o fenômeno, agravando-o. A emissão de gases de efeito estufa em consequência do aquecimento global e de vários fenômenos climáticos correlatos não é uma opinião, é um fato de ciência comprovado. A reação negacionista é uma forma de tentar postergar para gerações mais adiante a solução do problema, enquanto os setores mais provocativos desse fenômeno tentam se defender e se aproveitar da situação. Mas esse é um fato.

Na conjuntura de 2020, um dos principais arautos do negacionismo é o governo Trump, que é derrotado e que em consequência o candidato vencedor elege a estratégia de re-adesão ao Acordo de Paris, colocando explicitamente a Amazônia brasileira nesse processo. Esse fato da conjuntura tem uma importante contribuição do ponto de vista do jogo do poder para mudar certas correlações. Uma estratégia negacionista aqui e nos Estados Unidos deve voltar a uma situação anterior, em que não estava nem um pouco consubstanciada às estratégias de uma economia ecológica, mas também não negava a crise climática.

A segunda situação significativa é uma questão que, em 2018, o Vaticano tratou sob o título de “Oeconomicae et



Foto: CPT Nordeste II

pecuniariae quaestiones”, a crise financeira internacional. Esse fenômeno tem larga consequência na vida social, sendo as mais graves o desemprego, a desigualdade econômica e a queda de rendimento, manutenção e subsistência das famílias. Em 2020, a pandemia agrava essa situação. Em uma leitura mais atenta, a pandemia se insere na crise ecológica, que como diz a Laudato Sí, tem muito a vez com a raiz humana no tratamento da natureza. A crise econômica, ecológica e sanitária não são independentes.

Em terceiro lugar temos um projeto brasileiro da queda da ordem institucional, que foi iniciado em 2015 e se exacerbou no governo de extrema direita de Bolsonaro. Na atual conjuntura, esse projeto, também pela peculiar vinculação ao negacionismo internacional, sofre uma grande derrota com a eleição norte-americana, pela queda de seu principal aliado, se não único.

Nessa tríplice crise, é possível visualizar elementos de sombra e luzes. O elemento de sombra principal é uma pandemia mal gerida. Por outro lado, todos os fatos têm seus antídotos. Essa má gestão também oferece motivo, e justifica a percepção do absurdo em que se envolveu a população elegendo a figura de Bolsonaro. O jogo do poder convencional leva à emergência das forças de poder de direita e centro-direita, mas desvinculadas desse projeto bolsonarista.

Hoje, a mudança na correlação de forças internacionais, a ponto de reverter a crise tríplice, afeta a crise brasileira no sentido de poder abrir oportunidades para outras alternativas. Esse campo alternativo precisa perceber que há um outro sentido da história, o qual não é o mesmo explorado pelas estratégias dos atores sociais internacionais, do jogo do poder constitucional. Há sempre uma história dentro da história, que não se consoma mas está lá presente. Essa segunda abordagem é importante porque ela nos inclui.

A confluência das crises econômicas e ecológicas têm consequências sociais dramáticas para as condições de vida das populações que vivem do trabalho, da relação com a natureza, com a terra, mas também para as condições democratas da vida moderna. Do ponto de vista econômico, há um aumento sem precedentes do desemprego nos últimos cinco anos. Do ponto de vista agrário, há um aumento sem precedente da grilagem de terras, inclusive praticada sob abrigo das chamadas regularizações fundiárias. Uma quebra da ordem social da constituição de 88, através dessas reformas que visam proteger os credores da dívida pública, retiram recursos das finanças sociais já regulamentadas.

Por outro lado, a crise também abre campo às oportunidades. O anagrama da palavra crise no idioma japonês tem esse duplo sentido. A crise é um processo de

sofrimento e um processo de oportunidade. Oportunidades para mudar os sistemas de valores existentes, sustentados nas chamadas hegemonias econômicas políticas que, no Brasil, operam a economia do agronegócio, que está no centro dessa crise do sistema.

Para buscar o sentido dessa história, precisamos nos colocar dentro dela. Não propriamente como expectadores, nem tampouco como atores do jogo do poder constituído, mas numa perspectiva contemporânea, de prioridade aos mais excluídos e desprotegidos

desse jogo. Seja no âmbito ecumênico das igrejas, do mundo do trabalho ou da economia humana e ecológica, no que elas têm de experiências e práticas libertárias, construtivas e reconstrutivas, junto aos povos da terra.

Nesse sentido, experiências novas ou antigas a serem resgatadas no presente, de atendimento às necessidades básicas, proteção social, desenvolvimento humano no âmbito das próprias comunidades assistidas, é um caminho. Da mesma maneira, o aproveitamento e desenvolvimento dos saberes ecológicos das comunidades tradicionais e outros, na perspectiva de reestruturar a relação dos povos com a economia de forma autônoma e sustentável, em uma relação saudável com a natureza.

Esse arranjo de ações, numa perspectiva de resposta, pressupõe e passa pela convicção de que existe um campo de valores, que é ecumênico, a ser resgatado. Um campo que não está pronto e acabado e não é obtido apenas por invocação de princípios, mas que precisa ser construído. É preciso invocar valores e protagonistas da história que estão esquecidos no mundo da política convencional. Precisamos trazê-los para construir o futuro e o presente.

\*Diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), em exposição para o I Encontro de Formação em Comunicação da Articulação das Pastorais do Campo, realizado no dia 20 de novembro.

## DENÚNCIA INTERNACIONAL

# Destruição da Amazônia: afinal quem são os responsáveis? O exemplo da ação Casino

*Coalizão internacional de organizações cobra: “Parem de brincar com as nossas florestas”.*

AMANDA COSTA\*  
XAVIER PLASSAT\*\*

Nos últimos tempos, Bolsonaro tem insistido em terceirizar as responsabilidades pela completa omissão e pela total cumplicidade do seu Governo com a destruição da Amazônia. Em mais uma manifestação do negacionismo que virou sua marca de fábrica, culpou países pela compra de madeira ilegal enquanto silenciava o esvaziamento do IBAMA e da fiscalização, e incentivava o clima de “laissez-faire, laissez-passar”\*\*\* instaurado no Brasil. Vale lembrar, porém, que apenas 15% da madeira extraída da Amazônia são comercializados no mercado internacional.

Ao mesmo tempo, um conjunto de grandes cadeias de supermercado da França – o único país citado por Bolsonaro entre os ‘desmatadores’ do Brasil – incluindo Carrefour, Casino, Auchan, Lidl, Système U, Mousquetaires e Leclerc – anunciaram que cobrarão de seus fornecedores que parem de adquirir soja produzida em terras desmatadas do Cerrado, a principal região no Brasil que está sendo desmatada para essa produção. O compromisso abrange o desmatamento tanto ilegal quanto o legal, e proíbe importação de soja de áreas do Cerrado desmatadas após o dia 1º de janeiro de 2020.

Na Amazônia, dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostram que, entre agosto de 2019 e julho de 2020, 9205 km<sup>2</sup> foram desmatados, a 1.100.000 campos de futebol. Esse número representa um aumento de 34,5% nos alertas de desmatamento em relação ao mesmo período do ano anterior. A pecuária é a principal causa.

Pesquisas realizadas nos últimos 10 anos e investigação conduzida pela associação francesa Envol Vert e publicada em julho deste ano demonstram que, no Brasil, são comercializadas carnes oriundas de gado criado em áreas embargadas, em terras griladas ou em territórios indígenas invadidos, resultado de desmatamentos ilegais, e, por vezes, de trabalho

escravo. A JBS foi repetidamente identificada como processadora desta carne, inclusive com a prática da “lavagem de boi” (quando na última fase de engorde o gado é transferido para uma área legalizada, maquiando sua real origem).

Originada em 4 fazendas e somando um desmatamento de 4.500 ha, a co-

de Vigilância” - permite responsabilizar perante a Justiça francesa, inclusive com pedido de reparação dos danos morais, qualquer grupo multinacional de certo porte que tenha sua sede na França, se for demonstrado que, em qualquer lugar do planeta, está violando normas fundamentais da legislação socioambiental, os direi-

to, mostra que esta política é inadequada, ou não implementada, ou ambos”.

Com base nas evidências disponíveis, uma coalizão internacional de organizações se mobilizou em torno da associação francesa Envol Vert, que atua pela preservação de florestas e biodiversidade na França e na América Latina, para convocar o Grupo Casino a tomar as medidas necessárias para excluir da sua cadeia de abastecimento a carne bovina oriunda de desmatamento ou de grilagem de territórios indígenas em âmbito global, mas principalmente no Brasil e na Colômbia.

A CPT se juntou à mobilização com outras quatro organizações representativas dos povos indígenas da Amazônia brasileira e colombiana (OPIAC, COIAB, FEPIPA, FEPOIM) e mais quatro entidades da luta ambientalista (Canopée, Mighty Earth, Notre Affaire à Tous e Sherpa). A ação Casino trata-se de uma nova forma de ação contra pesos pesados do mundo das multinacionais.

Na prática, no dia 21 de setembro, uma carta de cobrança foi enviada à direção do Grupo Casino exigindo que, no prazo de 90 dias, fosse apresentado um detalhado plano de vigilância e monitoramento dos seus fornecedores de carne, garantindo a proveniência ‘limpa’ das carnes comercializadas nas unidades brasileiras e colombianas do GPA, incluindo as compras diretas e indiretas. Caso as exigências não sejam atendidas neste prazo de três meses, uma ação perante o tribunal francês competente poderá ser conduzida, em atenção às normas estabelecidas pela lei francesa.



mercialização de carne ilegal foi flagrada em unidades do Grupo Pão de Açúcar (GPA), um gigante da distribuição no Brasil (detém 15% do mercado, faturou em 2019 R\$ 61,5 bilhões, empregando 110.834 pessoas, mais do que qualquer outro varejista). No Brasil, o GPA atua com várias marcas, entre elas Assaí, Extra, Compre Bem e... Pão de Açúcar. Um “detalhe” importante chamou a atenção: o capital do Grupo Pão de Açúcar é controlado pelo grupo francês Casino, um gigante da distribuição que tem o mesmo tamanho da sua filial brasileira.

## A ação Casino

Desde 2017, uma legislação francesa pioneira – a chamada “Lei do Dever

de humanos, a saúde e a segurança das pessoas, das suas operações e atividades ou das de suas subsidiárias, fornecedores ou subcontratados. Ou seja: a matriz francesa fica responsável por zelar pelas boas práticas socioambientais de suas filiais e subcontratadas, sob pena de ser processada na França pelos impactos negativos de suas atividades fora do país.

Apesar de o Grupo Casino/Pão de Açúcar estar sujeito a esta legislação, segundo Sandra Cossart, da associação Sherpa, “o simples fato de o Casino declarar em seu plano de vigilância que 100% de seus fornecedores aderiram à sua política sobre desmatamento, enquanto esses mesmos fornecedores são regularmente condenados por seu envolvimento no desmatamen-

\*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT  
\*\*Coordenador da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo da CPT  
\*\*\*Expressão em francês que significa “deixar fazer, deixar passar”. Símbolo do liberalismo, ela é utilizada para identificar um modelo político e econômico de não-intervenção estatal. Seus defensores, em geral, acreditam que o mercado é capaz de se regular sozinho, sem a necessidade de subsídios ou regulamentações criadas pelo Estado.

## PAN-AMAZÔNIA

# Mais de mil pessoas de diversos países participam do IX Fospa

*Edição, realizada extraordinariamente de modo virtual, tratou de questões de relevância para a Pan-Amazônia e foi pautada por tom político de resistência e de visibilização de questões comuns e específicas dos países e povos do território amazônico.*

**MÁRIO MANZI\***

Após quatro dias de intensa programação virtual, a IX edição do Fórum Social Pan-Amazônico (Fospa) foi encerrada em grande plenária, que reuniu as conclusões resultantes das questões debatidas nos eixos temáticos de três Malokas, assim como na reunião das Iniciativas de Ação, chamadas IdeAs. A edição foi realizada entre os dias 12 e 15 de novembro, em culminância ao processo trilhado no decorrer de três anos, que envolveu a realização de 14 pré-fóruns, nos nove países da Pan-Amazônia.

O encontro, que teve a Colômbia como anfitriã desta edição, reuniu cerca de 1.300 pessoas de diversas localidades do globo. Inicialmente planejado para ser realizado no mês de março deste ano, o IX Fospa foi adaptado às plataformas digitais, em decorrência da pandemia de Covid-19. Mocoa, no estado colombiano de Putumayo, sediaria presencialmente o encontro. A abertura do IX Fospa teve a mística

ciativa de Ação “Mapeamento de Conflitos Pan-Amazônicos”, que teve como produto o Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônicos, lançado em português e em espanhol no dia 23 de setembro. A publicação, organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), reuniu dados cartográficos de Bolívia, Brasil, Colômbia e Peru.

Em seguida à exposição, foi apresentada por cada país a conjuntura local, por meio de vídeos exibidos durante a live. Entre cada momento ocorreram inserções culturais, representando a diversidade dos povos pan-amazônicos. Ao todo foram quase quatro horas de programação de abertura, transmitida por meio de quatro canais de YouTube, pelo Zoom e via rádio. As apresentações tiveram tradução simultânea contemplando os idiomas de espanhol, português, inglês e francês.

Na tarde do dia 12, e durante todo o dia seguinte, 13 grupos de trabalhos reuniram-se, conforme os seguintes grandes eixos “Povos e Culturas na Identidade Amazônica; Territórios e Caminhos de Vida; Autonomias e Governo Comunitário”, as chamadas Malokas. Ao fim de cada uma delas, foram realizadas plenárias, com apontamento, apostas e caminhos para cada um dos temas tratados.

O dia 14 foi dedicado à reunião das Iniciativas de Ação. As IdeAs foram trabalhadas durante webinars realizados no curso do Fospa em Movimento, previamente ao encontro internacional. Assim como nas Malokas, foram realizadas plenárias gerais, sendo uma na primeira parte do dia, e outra na segunda parte do dia.

No dia 15, domingo, como enlace de toda a programação antecedente de três dias, foram expostas as proposições

gerais de cada plenária. Atividades culturais permearam as exposições.

A cada momento também eram lembradas situações flagrantes, como o racionamento de energia no estado brasileiro do Amapá, a crise política no Peru - que culminou em agressiva repressão contra a população e com a renúncia do presidente Manuel Lama, no poder havia poucos dias -, no impacto da pandemia de Covid-19 nas populações tradicionais pan-amazônicas, e a onda neofascista registrada em vários países da América Latina. Também ocorreram agravos especialmente contra os governos de Iván Duque (Colômbia) e Jair Bolsonaro (Brasil).

## Fospa emite comunicado sobre proposta de ações virtuais

Ao final, os presentes foram convidados a participar da Feira Virtual de Experiências Comunitárias, realizada nos dias 27 e 28 de novembro. A Feira se constituiu como um espaço de atividades autogestionadas, nas quais as organizações e processos sociais da Pan-Amazônia apresentaram pesquisas, documentos, publicações, atividades econômicas, artísticas e sociais, entre outras ações. Tal iniciativa teve como objetivo promover e dar visibilidade ao que é produzido nos países que constituem a Pan-Amazônia.

## Carta de Mocoa

O Documento, publicado ao fim do Encontro, reúne reflexões e apostas tecidas durante a nona edição do Fórum. Carta traz apontamentos construídos coletivamente durante todo processo iniciado há três anos, em seguimento à Carta de Tarapoto, fruto da edição anterior do Fospa, realizada no Peru.

Confira trecho da Carta:

“Voltemos à terra: um apelo à unidade dos povos para tecer os caminhos em direção a uma vida digna na Amazônia

Com a permissão dos antepassados, homens e mulheres idosos, homens e mulheres sábios; do IX Encontro Internacional do Fórum Social Pan-Amazônico FOSPA, dirigimos estas palavras para que ressoem nos sentimentos daqueles que habitam e se relacionam com a Amazônia.

A Lei Maior que nos convoca a viver com dignidade na diversidade indígena, camponesa, negra, ribeirinha, urbana, de gênero e idade; chamamos a sentir a partir das espiritualidades, a

olhar para dentro de nós mesmos, a fortalecer nossos laços e curar as feridas de nosso território e corpo, a ganhar a força interior, a unidade que, como povos, necessitamos para a compreensão e ação conjunta no cuidado e defesa da Amazônia.

É o momento de voltarmos às nossas origens e planejar a vida conforme nossas próprias visões, espiritualidades e com nossas próprias mãos. Empresas e governos corporativistas mantêm uma organização estatal subordinada ao modelo de desenvolvimento do capital, com uma visão neoliberal de saquear os bens da mãe terra, que é a salvaguarda para a sobrevivência e o bem viver do povo aqui estabelecido. Esta apropriação abusiva e violenta ignora os habitantes, homens e mulheres, dos territórios amazônicos e espezinha os direitos humanos e os da natureza. Os Estados que afirmam representar os interesses dos cidadãos, mas colocam nosso patrimônio e nosso trabalho nas mãos de empresas transnacionais, são Estados traidores e criminosos”.

\* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.



Foto: Reprodução

realizada e transmitida ao vivo da localidade da cidade amazônica. O momento simbólico e político teve como ato contínuo a exposição da história e da metodologia do Fórum, iniciado no ano de 2002. Em seguida foi apresentado um resumo da Ini-

# 2020: o ano do fim do mur

*Pandemia, retorno da pobreza extrema e da fome ao país, injustiças, criminalização, queimadas e a boiada passando, deliberadamente, sobre os territórios, povos e biomas.*

CRISTIANE PASSOS

Para além da conjuntura política desastrosa que acomete a todos e todas no Brasil, o ano de 2020 começou com um grande impacto mundial, uma pandemia de proporções ainda não vistas na contemporaneidade. O novo Coronavírus desestruturou o modelo capitalista imposto à sociedade, e fragilizou, ainda mais, os países que vêm atualmente sua democracia fragilizada.

Para os povos do campo, das águas e das florestas, por colocados à parte desde o início desse governo genocida, foi mais um desafio dentre os tantos que enfrentam, contornado com os princípios que sua ancestralidade e cuidado com a casa comum sempre os ensinaram, somos todos um e a terra, se bem cuidada, prosperará. Dessa forma, veio do campo a maior demonstração de solidariedade e altruísmo frente aos desafios do coronavírus.

Além da pandemia, que já apontava como esse ano seria desastroso em várias dimensões, no Brasil, ainda tivemos que lidar com vários problemas também devastadores. Vimos nossos biomas serem consumidos pelas chamas, enquanto os órgãos reguladores do meio ambiente eram desmontados. O ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, sorrindo, assistia a tudo enquanto “deixava a boiada passar”. Metáfora muito apropriada à liberação da prática de crimes em toda a extensão natural brasileira. O ano ainda nem acabou e o número de focos de calor na Amazônia já superou o alcançado em todo ano de 2019. Até o dia 22 de outubro, foram registrados 89.602 focos de calor no bioma, ultrapassando os 89.176 do ano anterior, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). No Cerrado foram cerca de 56 mil focos de incêndio no mesmo período. Vimos o Pantanal, um dos maiores santuários ecológicos do país, com rica fauna e flora, ser engolido pelo fogo. Voluntários e voluntárias, pessoas indignadas



Foto: CPT Nordeste II

com a situação, corriam contra o tempo tentando salvar o que restava e os animais feridos.

Além disso, abandonadas pela Funai, 60% das terras indígenas foram devastadas por mais de 100 mil focos de incêndio. O estado do Mato Grosso foi o mais afetado do início do ano até final do mês de outubro, com um aumento de 1.300% nas queimadas nos territórios tradicionais, em relação ao ano de 2019. Mesmo juntando esforços, indígenas reclamaram da falta de estrutura para combater o fogo, enquanto outros grupos acusam Funai e o governo de omissão\*.

Além do estado do Mato Grosso, o Pará, mais especificamente na região do Xingu, viu a onda de alta no desmatamento em 2019, resultar nas invasões dos territórios indígenas, e o consequente aumento das queimadas, completando o ciclo devastador dos grupos invasores contra os territórios tradicionais. Os altos números de focos de calor nesses territórios foram registrados pelo INPE em setembro, principalmente. Aumentando sua presença nesses territórios, os invasores apostam na regularização fundiária, pois creem nas promessas do governo genocida, e já estão, inclusive,

loteando áreas dentro das reservas por conta própria.

No dia 19 de novembro, uma base da Fundação Nacional do Índio (Funai) foi cercada por um grupo de invasores na terra indígena Apyterewa, localizada às margens do rio Xingu. A região é historicamente marcada pela presença de madeireiros, que invadem a terra indígena para extrair madeira. Havia cerca de 40 agentes do Ibama e da Força Nacional na região, em uma operação na área para combate de desmatamento. A tomada da base pelos invasores foi uma reação ao trabalho desses agentes. Vídeos gravados pelo grupo de invasores que circulam pela internet mostram os homens queimando uma ponte e bloqueado a estrada, para impedir a passagem dos agentes do Ibama. Mesmo com apoio pífio dos órgãos competentes nesses processos de fiscalização, algumas ações de fiscalização tentam combater os crimes nos territórios. Porém, com os discursos “bolsonarista” e “sallista” contra indígenas, os invasores se sentem mais fortalecidos para agir contra a lei, e, por vezes, contra os agentes da lei.

De acordo com reportagem da DW\*\*, “das cinco terras indígenas (TIs)

que mais queimaram em setembro no Pará, quatro estão na bacia do rio Xingu, somando 83% dos focos de calor nesse tipo de área no estado. As TIs Kayapó (do povo mebêngôkre kayapó), Apyterewa (dos parakanã), Cachoeira Seca (dos arara) e Trincheira Bacajá (dos xikrin) têm também altos índices de desmatamento: em 2019, estavam nas primeiras posições, em toda a Amazônia. O grande número de queimadas deste ano acompanha o aumento exponencial do desmatamento em 2019, quando a área de floresta derrubada nas quatro terras indígenas mais que dobrou em relação ao ano anterior. O fogo completa, assim, o ciclo do desmatamento, iniciado com a retirada da floresta. Os dados de desmatamento e queimadas nesses territórios tradicionais e os relatos dos indígenas indicam uma relação entre o aumento da presença de invasores com um aumento da retirada de mata e focos de fogo, que ameaçam os povos indígenas do Xingu”.

## O governo criminaliza enquanto o judiciário pune e se omite

Foi um ano cheio de investidas contra a luta popular e os territórios dos povos do campo. Diversas ameaças de despejo e despejos pairaram sobre as comunidades. Um dos despejos mais marcantes, foi o despejo do acampamento Quilombo Campo Grande, no Sul de Minas. Ele fica para a história como o mais longo do século XXI no Brasil. Uma operação programada para começar e terminar na manhã do dia 12 de agosto, tornou-se uma saga que deixa profundas marcas nas lutas sociais do estado. Por 56 horas, famílias sem-terra resistiram pacificamente à pressão da Polícia Militar, dia e noite, no meio de uma estrada, sob o sol forte e o frio da madrugada, respirando poeira e ouvindo ameaças.

Em meio à pandemia, com autoridades sanitárias recomendando evitar aglomerações, 150 policiais esgotaram as vagas dos hotéis nas cidades de Campo do Meio e Campos Gerais. Durante a madrugada, a tropa cercou o acampamento com

CAMPO 2020

# ndo... como o conhecemos

helicóptero, carros, drones, balas, bombas, escudos e cassetetes. Era o 12º despejo na trajetória do Quilombo Campo Grande, uma área com 11 acampamentos, cerca de 450 famílias e mais de 2 mil pessoas.

Considerado um dos maiores acampamentos do MST em Minas Gerais, o Quilombo Campo Grande, ocupa a área da antiga fazenda de Ariadnópolis, outra pertencente à Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (Capia). Por décadas, o local foi marcado pelo plantio de cana para a produção sucroalcooleira, como também pela presença de trabalho infantil e trabalho análogo à escravidão. No local, é produzido o famoso café Guaiá, sem uso de agrotóxicos e várias vezes premiado pela excelente qualidade.

Além disso, o Incra desistiu de processos administrativos de desapropriação que já estavam em andamento, e também pediu a suspensão de outros processos judiciais. De acordo com dados enviados pela autarquia ao Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), mais de 400 processos estão paralisados, alguns deles estavam em fase final, apenas aguardando imissão na posse.\*\*\*\*

O relatório “Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural”, da Oxfam Brasil, mostra que enquanto as grandes propriedades correspondem a 0,91% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros e abrangem 45% de toda a área rural do país, aqueles com área inferior a 10 hec-

*implantados, beneficiando cerca de 1 milhão de famílias.\*\*\*\*\**

## A Covid e os povos tradicionais

Se a pandemia está destruindo populações ao redor do mundo com seu poder mortal, em relação aos povos tradicionais ela mostra um impacto ainda mais devastador. Segundo a Coordenação da Articulação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), até o dia 11/11/2020, 4635 quilombolas foram infectados pelo vírus e 168 perderam a vida por causa dele. Nos territórios indígenas, de acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), até o início do dia 23/11/2020, 39826 indígenas, de 161 povos, foram infectados pelo vírus. 880 indígenas morreram em decorrência dele.

De acordo com a APIB, entre os principais fatores de fragilização dos povos indígenas diante da pandemia, estão a falta de atendimento da SESAI aos indígenas que vivem em contexto urbano e fora de territórios que não são homologados. Hospitais que querem registrar indígenas que vivem em contexto urbano, como pardos. A postura do governo que tem aumentado os crimes de racismo contra comunidades indígenas em pequenas cidades e, com isso, muitos indígenas se negam a fazer teste ou a realizar tratamento devido ao racismo, que também tem aumentado os conflitos internos nas comunidades.

## As eleições e os povos tradicionais

De acordo com dados da APIB e do Instituto Socioambiental (ISA), as eleições municipais de 2020 trouxeram boas notícias para os povos indígenas do Brasil. Foram eleitos 237 representantes de povos originários para os cargos de vereador, vice-prefeito e prefeito, 28% a mais do que na eleição municipal anterior.

O percentual de indígenas vitoriosos sobre o universo total de pessoas eleitas também cresceu. Neste ano, os indígenas foram 0,34% de todos os eleitos, contra os 0,26% de há quatro anos. O número é pequeno, mas também é pe-

queno o percentual de pessoas que se declaram indígenas, de acordo com o último Censo, de 2010: 0,47% da população brasileira.

E houve alta na representatividade das mulheres indígenas. Em 2016, foram eleitas 15 mulheres de povos originários no Brasil, 8% de todos os indígenas eleitos naquele ano. Em 2020, foram 41 mulheres eleitas, que representam 17% de todos os indígenas que terão cargos eletivos municipais a partir de janeiro. A expansão também ocorreu no número de candidatos indígenas de ambos os gêneros: havia o nome de 2.216 deles nas urnas neste ano, alta de 29% em relação ao último pleito municipal.

Entre os quilombolas houve, também, uma participação considerável no pleito eleitoral deste ano. De acordo com dados da CONAQ, 500 quilombolas concorreram e, destes, 81 foram eleitos em diferentes estados brasileiros. Para o Executivo, foram eleitos o quilombola Vilmar Kalunga, do maior quilombo do Brasil, como prefeito da cidade de Cavalcante, em Goiás. Outro quilombola foi eleito no Tocantins e outros 9 como vice-prefeitos. A maioria dos quilombolas que estarão nas câmaras municipais em 2021 foram eleitos no Maranhão, onde ocuparão 14 cadeiras. Em Goiás, 8 candidaturas quilombolas foram eleitas. Em Minas Gerais foram 7. No Tocantins, foram 8. Em Sergipe e no Piauí, foram 2 em cada estado, em outros.

Na luta por direitos é imprescindível ocupar todos os espaços.



Foto: MST

O Judiciário, que poderia servir como uma barreira aos atos omissivos do Poder Público, assim não o faz. O tratamento da reforma agrária pelo governo federal é um exemplo. Desde o ano passado, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) paralisou os processos de desapropriação de imóveis para fins de reforma agrária. Por meio do Memorando-Circular nº 01/2019, o presidente da autarquia determinou às unidades regionais a suspensão das atividades de vistorias de imóveis rurais para fins de obtenção de terras. O orçamento da autarquia para o ano de 2020 reduziu a quase zero diversas funções importantes\*\*\*, e relatório do governo confirma de que a obtenção de terras não é uma prioridade.

tares representam mais de 47% do total de estabelecimentos e, por sua vez, ocupam menos de 2,3% da área total. Uma reforma agrária no Brasil, além de urgente ainda se mostra necessária para combater a concentração fundiária e as desigualdades sociais que são produzidas por ela.

A Constituição Federal ressalta o caráter fundamental da função social da propriedade rural. Dessa forma, o Estado tem o dever de identificar os imóveis que não cumprem a função social e, com isso, aplicar a lei, desapropriando as propriedades que não cumprem a Constituição, e destinando-as para a reforma agrária. **Desde a redemocratização, pelo menos 9.341 projetos de assentamentos foram**

\*<https://reporterbrasil.org.br/2020/11/abandonadas-pela-funai-60-das-terras-indigenas-sao-devastadas-100-mil-focos-de-incendio/>  
 \*\*<https://www.dw.com/pt-br/invas%C3%A3o-de-terras-ind%C3%ADgenas-no-xingu-paraense-impulsiona-queimadas/a-55131088>  
 \*\*\*\*<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/bolsonaro-incrementa-verba-para-ruralistas-e-reduz-quase-a-zero-a-reforma-agraria.shtml>  
 \*\*\*<http://www.incra.gov.br/pt/media/docs/relatorio-gestao/INCRA-2019.pdf>  
 \*\*\*\*\*<https://www.brasildefatorj.com.br/2020/11/04/direito-e-direito-reforma-agraria-da-paralisacao-a-criminalizacao-dos-sem-terra#.X6M7lvyMhTc.gmail>

## CONFLITO NO CAMPO

# Justiça indefere reintegração de posse em seringal palco de tortura

*Comunidade tradicional denuncia diversas situações de violência praticadas por fazendeiro, no Seringal São Bernardo, no Acre*

MÁRIO MANZI\*

Localizado na zona rural de Rio Branco, capital do Acre, o Seringal São Bernardo está na região da bacia hidrográfica do Riozinho do Rola, principal afluente do Rio Acre. Área de Floresta Amazônica, o território abriga mais de 30 famílias que buscam reconhecimento da posse, vez que estão na área há mais de quatro décadas. O conflito no local se acirra pelo menos desde 2003, quando o fazendeiro Mozart Marcondes Filho teria iniciado uma série de investidas contra os seringueiros e as seringueiras. A comunidade tem como atividades econômicas a coleta de castanha-do-Brasil e a extração de seringa, ambas realizadas de modo extrativista.

O substantivo feminino “seringueiras” não é apenas uma forma de incluir a agência feminina na comunidade seringueira. Por vezes, são elas os principais alvos de violência no São Bernardo. Os relatos dão conta de intimidações feitas a mando do fazendeiro, por capatazes e policiais.

Em um dos casos, ocorrido em 2019, como conta Damiana da Conceição Ribeiro, 45 anos, nascida no seringal, policiais subtraíram da comunidade 175 latas de castanha. Conforme relata Damiana, o processo de coleta da comunidade é todo artesanal e feito sem auxílio de máquinas ou animais, dentro da mata fechada. Após as castanhas caírem naturalmente, elas são juntadas e retiradas do ouriço que as



Foto: Mário Manzi

recobrem. As latas são, então, transportadas nas costas.

Neste caso em específico, as castanhas foram subtraídas por policiais civis e em seguida levadas à delegacia local, onde foram apontadas como pertencentes ao fazendeiro. Cada lata de castanha seria vendida pela comunidade a 70 reais, em média. O lucro seria dividido por todos da família de Damiana e já tinha um destino urgente, auxiliar no tratamento de um familiar acidentado.

## *“As tragédias que o fazendeiro faz pra derrotar os moradores”*

As situações de violência não são exclusivas à tentativa de inviabilizar a atividade econômica no seringal. Segundo conta Antônio Pereira dos Santos, conhecido como seu Sulino, 58 anos, as ofensivas também atingem as crianças. De acordo com o relato, os professores locais são intimidados pelo fazendeiro enquanto lecionam. Tal ação provoca a saída de diversos profissionais da educação e prejudica o aprendizado infantil no São Bernardo.

Outra estratégia apontada para enfraquecer a comunidade é a destruição das moradias enquanto as famílias

cuidam da roça ou praticam o extrativismo. Após a derubada das casas por ordem do fazendeiro, as famílias são forçadas a montarem barracas de lona, como abrigo. Em seguida, são feitas denúncias de que as famílias sob a lona são invasoras.

Há ainda diversas outras situações de flagrante violência descritas pela comunidade. Seu Sulino conta que certa vez foi alertado por um vizinho que haviam

cortado parcialmente árvores no caminho que leva à escola, com o intuito de bloquear o trajeto das crianças, ou mesmo que estas fossem atingidas por troncos enfraquecidos pelos lanhos, feitos nas árvores, junto à ação do vento e da chuva.

## **Tortura**

Um dos casos mais emblemáticos ocorridos no São Bernardo foram dois episódios de tortura que quase vitimaram fatalmente os seringueiros Francivaldo Santos, 26 anos, e Maurir de Souza, 25 anos.

No dia 5 de agosto de 2019, policiais fardados chegaram à casa dos dois, enquanto estes cuidavam da roça. Após realizarem buscas na moradia de Maurir e Francivaldo, os quatro policiais começaram agressões físicas contra os dois. Fazendo uso de um terçado, tipo de facão utilizado na limpeza da roça, os seringueiros foram golpeados diversas vezes. Depois de utilizarem o instrumento, os policiais apontaram uma pistola para Francivaldo e ameaçaram atirar, entretanto, um capataz apareceu no local e os policiais, segundo o relato das vítimas, decidiram parar a tortura, uma vez que a ação seria testemunhada.

Exames de corpo de delito comprovaram posteriormente as agressões. Levados à delegacia, as vítimas, Maurir e Francivaldo, foram acusadas formalmente de esbulho possessório, por parte do fazendeiro. No dia 02 de outubro, o processo contra os dois foi arquivado.

*“A próxima é tu, Valéria. É tu e a Damiana. Eles vão lá na quarta-feira e eles vão fazer pior [que fizeram com Maurir e Francivaldo]”.*

A ação policial levou medo à comunidade e as ameaças não cessaram, como conta Antônia Valéria do Nascimento, 38 anos. A fala acima foi proferida por um dos capatazes à própria Valéria. “A gente vive todo o tempo sob ameaça”. Segundo ela, os seringueiros e as seringueiras sofrem acusações de roubo de castanhas e invasão da terra em disputa.

“Desde a carteira de pré-natal, até a carteira de vacina, comprovam que eu estou aqui na zona rural, então como é que eles vêm ameaçar que nós somos ladrão, que nós somos invasor, se nós somos verdadeiramente filhos da terra? Mas nós não vamos nos calar (...), enquanto nós tivermos vida, nós estamos lutando”.

## **Indeferimento**

A disputa pela terra também ocorre no campo judicial. Em 07 de outubro deste ano, a Juíza Olívia Maria Alves Ribeiro indeferiu pedido de reintegração/manutenção de Posse solicitado pelo fazendeiro. Mais um passo no reconhecimento da terra dos seringueiros.

Na decisão que indeferiu a reintegração, a juíza descreveu o processo como “conturbado”. Este é o segundo pedido de reintegração solicitado pelo fazendeiro que é indeferido.

As situações de conflito são acompanhadas pela CPT Regional Acre, e não cessam mesmo com as denúncias feitas pela comunidade. Como descreve seu Sulino, “para nós mesmos não tem prisão maior do que essa”.

## V CONGRESSO NACIONAL DA CPT

# Adiado o V Congresso Nacional da CPT

*Amigas e amigos da CPT, comunidades camponesas de todos os cantos desse Brasil, agentes pastorais e povo de Deus, todos e todas em constante luta e esperança por um mundo melhor, mais próximo daquele que Jesus anunciou e inaugurou, recebam nosso abraço solidário.*

Mais uma vez escrevemos, entre as expectativas e as surpresas que o momento que vivemos nos impõem. Há alguns meses, comunicamos a mudança da data do V Congresso da CPT, em Marabá – PA, para o ano de 2021, buscando manter viva as energias que nos impulsionam a seguir preparando com tanta vontade este evento tão importante para a nossa caminhada. Depois de uma abalizada avaliação entre as/os Conselheiros/as Nacionais da CPT, na reunião de 14 de outubro, diante das dificuldades e impossibilidades de aglomerações que se reiteram e se ampliam no quadro atual e vindouro, decidimos, mais uma vez, adiar a realização do nosso V Congresso, para o ano de 2022.

Ainda que se avance na produção de vacinas que contenham a pandemia da Covid-19, são muitas as inseguranças, sobretudo, devido às posturas governamentais, à manipulação política da situação. A disputa eleitoral recente nos municípios não nos trouxe tranquilidade, antes pelo contrário. Milhares de comunidades no campo continuam vivendo a tragédia da contaminação, do abandono, do risco e da morte. Povos indígenas e comunidades quilombolas, especialmente, têm denunciado aos quatro cantos o genocídio de que têm sido vítimas.

Com isso e, como se não bastasse, fazendeiros, grileiros e seus jagunços ampliam o número de invasões em territórios camponeses e de povos tradicionais. Ou seja, a pandemia exacerba uma injustiça histórica que se manifesta, agora, num ódio ainda maior que quer eliminar, por maiores indiferenças e violências, povos e comunidades do campo, das águas e das florestas, em especial, os originários, os indígenas.

O governo segue, em parte se fazendo de surdo e, em parte, na mesma estratégia de agravar a situação da pandemia e das tragédias socioambientais, como se constata nas queimadas na Amazônia e no Pantanal, num discurso que nega a realidade e a ciência. Grande parte de nosso povo continua sendo enganada pelas notícias falsas (“fake news”), que circulam amplamente nas redes sociais. Com isso, já se ouve crescentemente que não se deve tomar a vacina contra a Covid 19. Ou seja, seguimos com aumento das contaminações e aumento da desinformação também.

Muitas e muitos de nós deverão estar se perguntando: até quando isso con-

tinuará; quando poderemos voltar a nos encontrar novamente, a realizar nossos encontros e atividades? A maior certeza, infelizmente, é que, no momento, não temos como afirmar quase nada sobre isso!

Essas são algumas preocupações que nos fizeram adiar para o ano de 2022 o nosso V Congresso da CPT. Sabemos dos desafios que isso nos traz, tanto quanto ao que já construímos até aqui – material, equipes, recursos, mobilização de pessoal –, quanto ao que teremos que dispor para

continuar fomentando as comunidades e equipes daqui para frente.

Assumimos, enquanto CPT, de continuar o processo de preparação e, por isso, manteremos uma constante comunicação em vista de atividades que serão propostas durante este tempo até o V Congresso, em 2022. E, para isso, precisamos e contamos com todas as forças que nos animam para além das dores e angústias que estamos vivendo. Queremos continuar juntos, da forma que for possível.

Precisamos alimentar, a cada dia, o sonho de justiça e solidariedade, o Senhor sempre conosco!

Com os povos e comunidades do campo, das águas e das florestas, na força da ancestralidade que os iluminam e animam, pedimos ao Senhor da Vida, força e coragem para continuarmos sendo fiéis às suas causas, sonhos e lutas.

Coordenação Executiva Nacional da CPT

## ROMARIAS

## Pandemia força romarias a se readaptarem

Apesar de terem sido canceladas por força do distanciamento social, as duas mais longevas romarias foram as únicas realizadas em 2020, a do Rio Grande do Sul, antes do distanciamento, e a de Bom Jesus da Lapa (BA), virtualmente.

Em respeito ao distanciamento social, as Romarias das Águas e da Terra de 2020 foram em sua quase totalidade desmarcadas. No entanto, as duas mais tradicionais romarias foram realizadas - presencialmente, em Mormaço, Rio Grande do Sul, e em Bom Jesus da Lapa, Bahia, esta virtual.

Ambas na 43ª Edição, as duas Romarias são referência na caminhada e na luta por direitos dos povos da terra, das águas e das florestas. Em Mormaço, a Romaria foi realizada, no dia 25 de fevereiro de 2020, antes da quarentena estabelecida pela emergência sanitária. Sob o tema “O Bem Viver no Campo e na Cidade”, a edição foi inspirada por “mulheres e homens, mártires no campo e na cidade, como o Servo de Deus, Índio Sepé Tiaraju e os 1500 irmãos índios mortos na batalha dos Sete Povos”.

O rito foi dividido em quatro momentos, Celebração Eucarística; oficinas; convivência; partilhas. Ao final, foi divulgada Carta Aberta voltada à Comunidade. O documento trouxe os seguintes pontos de denúncia:

- ▶ a injustiça do governo federal de acobertar a invasão das Terras Indígenas no Brasil, bem como nosso repúdio à usina de mineração, prevista para os municípios de Eldorado do Sul e Charqueadas;
- ▶ toda forma de violência, especialmente contra as mulheres,

- ▶ os falsos profetas que usam as fake news, fazendo condenações infundadas e sem a devida investigação e punição.

A Romaria foi organizada pela CPT Rio Grande do Sul; Diocese de Cruz Alta; Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes e teve apoio do Poder Público de Mormaço.

Foto: Reprodução internet



### Bahia

Realizada nos dias 3 e 4 de julho, a 43ª Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa foi transmitida integralmente ao vivo, pela internet. A edição teve como tema “Terra e água: dons da vida no campo e na cidade” e o lema: “Em sua mão está a vida de toda criatura e o fôlego de toda humanidade” (Jó.12,10).

No primeiro dia, foi realizada missa de abertura, seguida por Novena ao Bom Jesus. No dia seguinte, às 6h45 da manhã foi celebrada a Missa da Ressurreição. A programação do segundo dia foi dedicada também a depoimentos, reflexões, e palestra sobre o tema central da 43ª Romaria. Os plenarinhos Fé e Política; Terra e território, Rio São Francisco e outras Bacias; Vidas Negras Importam e o Plenarinho das Crianças prepararam os romeiros para a Grande Plenária, que foi seguida pela Missa dos Compromissos. Após a celebração foi realizada a noite cultural.

que aumenta assustadoramente;

- ▶ o uso indevido de venenos na agricultura, com a liberação de 474 tipos de agrotóxicos, pelo Governo Federal, somente em 2019;
- ▶ os cortes de verbas públicas para educação, bem como a privatização e militarização da educação;
- ▶ a ideologia da meritocracia que discrimina os menos favorecidos;

## PÁGINA MULHERES

# Terra, território, útero: Ruah, sagrado feminino que gera interdependência na sua criação

IRMÃ NORMA KNOB\*  
LILIAN CONCEIÇÃO DA SILVA\*\*

O intuito de escrever um pequeno texto é promover uma breve discussão de situações que permeiam a vida das mulheres nas sociedades patriarcais, como é o caso da nossa. O documento é, portanto, um momento de reflexão sobre os caminhos que as mulheres traçaram em suas vidas, porque, para que haja um reconhecimento político-social feminista, não basta que as mulheres apenas se conscientizem de seus entraves sociais. É preciso viver.

Mulheres, não podemos parar. A toda hora, somos convocadas, chamadas, impulsionadas, empurradas, condicionadas para encorajar tantas mulheres que vem atrás de nós. Para tanto, convidei a Pastora Lilian Lira, Clériga da diocese de Porto Alegre (RS), a escrever algo de suas experiências, como mulher negra. Diz ela:

Tenho admiração especial às Mulheres da Comissão Pastoral da Terra – CPT, por seus testemunhos de vida e fé em defesa da terra e do território, e por entenderem que a relação terra – território – útero é eco de nossa Mãe Criadora RUAH, que nos criou e nos pariu do vazio, como aprendemos dos primeiros versículos bíblicos (Gênesis 1:1-2).

Sou Lilian Conceição, irmã de vocês e como vocês sinto no meu corpo de mulher (mulher negra nordestina, em particular), as consequências danosas do acúmulo da relação de apropriação e dominação da terra, do território e de nosso útero pelo patriarcado histórico. Mas também sentimos pulsar em nosso corpo o desejo de afirmar a relação terra-território-útero como força propulsora para ser e viver resistência, irmanando-nos a outras irmãs, bem como a irmãos (que mesmo encarnados como homens) são parceiros na lida e na luta pela vida que pulsa em cada qual de nós e em tudo que foi criado por nossa Mãe RUAH.

Como teóloga e ativista feminista negra, afirmar RUAH em minha vida é uma questão vital. Faça-o para expandir

a minha consciência e o meu testemunho de denúncia dos danos dos aprendizados das teologias patriarcais brancas e embranquecedoras, que impuseram uma cosmovisão a partir de um único prisma, sem considerar as diversidades humanas e, por consequência, as diversidades dos testemunhos e dos relatos de experiências de fé e das revelações do Sagrado.



Foto: Andressa Zumpano

Os ensinamentos sobre o Sagrado, comumente conhecido como Deus, no masculino, mesmo quando os textos tidos como sagrados apresentam esse Sagrado como também feminino (Deus é Espírito, e, portanto, sem identidade de gênero propriamente dita); RUAH, palavra feminina hebraica que significa “Espírito”, traduzida para o latim e para o português como masculina, foi sendo assumida como masculino no jeito de ser e agir, porque projetado a partir e unicamente de narrativas masculinas.

Esse único modo de pensar sobre Deus que foi assumido pelas tradições cristãs (não exclusivamente, mas aqui as priorizo porque assumimo-nos como mulheres cristãs), moldou muito do que se reverbera nas relações sociais e nas culturas em geral, que muito pesa sobre nossa terra, nossos territórios, nossos corpos. Um dos modos como podemos perceber esse modo masculino de ser, pensar e agir

está no modo como falamos e vivemos as relações cotidianas, no uso da linguagem assumida, que tende a universalizar os sujeitos a partir do viés masculino (a gramática formal é a institucionalização explícita disso).

Ao longo dos anos, as tradições cristãs têm perpetuado aprendizados de teologias patriarcais racistas, que nos en-

que define a missão da CPT e por mais que concorde com o teor do que nele está afirmado, pois reflete o que eu também acredito e persigo, sinto que o modo como foi escrito também desvela o modo masculino de ser, pensar e agir. Vejamos: “Convocada pela memória subversiva do evangelho da vida e da esperança, fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, ouvindo o clamor que vem dos campos e florestas, seguindo a prática de Jesus.”

O Deus (masculino) dos pobres (masculinos) universaliza uma diversidade e ignora o fato de que nessa parte do mundo no qual nos situamos geograficamente, América Latina e, mais especificamente, no Brasil, a pobreza é feminina, negra e indígena. Ou seja, omitir essa realidade sexista e racista se constitui na negação de uma realidade desigual que se alimenta também da invisibilidade dessas pessoas que estão na base da estrutura social que é piramidal. Lembremos e denunciemos sempre que a pirâmide social se sustenta das desigualdades de classe, gênero, raça, identidade sexual, deficiência, geração e quantas outras mais possíveis de identificação

nos muitos cenários gerados pelo capitalismo patriarcal e racista.

O que aqui sugiro é um giro interpretativo que nos assegure, enquanto mulheres que somos em nossas diversidades, a descolonizar nossos modos de ser e de pensar como uma potente ferramenta de afirmação de nossa humanidade. Pois quando dizemos terra-território-útero, evocamos também a sabedoria ancestral dos povos originários da América Latina, que nos ensinam a viver a e na terra com reverência à PACHAMAMA:

Um abraço negro, com desejo de que nossa lida e nossa luta nos fortaleçam para afirmarmos o Bem Viver para todas e todos. Afinal, somos porque somos juntas! Ubuntu!

sinaram a demonizar praticamente tudo que possa fazer referência à África, negando a origem africana do cristianismo, e, pior ainda, negando a africanidade de Jesus Cristo, de quem nos dizemos seguidoras (admiradoras). Muitos desses aprendizados podem ser percebidos no modo como a Bíblia (que reúne relatos de fé e sobre a revelação do Sagrado priorizando as experiências masculinas) foi traduzida. Um exemplo é no total abandono do termo “terreiro” como algo que está diretamente ligado ao modo de se pensar a relação terra-território-útero.

Descolonizar os modos aprendidos de pensar e ser no mundo é um desafio vital para a desconstrução das relações humanas que temos vivido e que têm gerado violências e mortes ao longo da existência humana.

Permitam-me também lhes sugerir um simples exercício: visitei o texto

\*CPT do Rio Grande do Sul  
\*\*Sacerdotisa de RUAH. Ativista feminista negra  
junto ao Centro Ecumênico de Cultura  
Negra (CECUNE)



## Milhares se reúnem em frente à Casa Rosada para último adeus a Maradona

*O Velório, realizado na sede da presidência argentina, foi tumultuado e teve horário estendido por pressão de fãs.*

Milhares de pessoas se reuniram na Praça de Maio, em frente à sede da Casa Rosada, em Buenos Aires, para se despedir do jogador argentino Diego Maradona, que faleceu na tarde do dia 25 de novembro em decorrência de uma parada cardiorrespiratória.

A cerimônia oficial ocorreu dentro da residência oficial da presidência e foi acompanhada por milhares de cartazes e faixas, do lado de fora da Casa Rosada, em homenagem a Maradona.

Fãs torcedores de diversos times argentinos, movimentos populares e organizações de bairro, entre aplausos e palavras de ordem, renderam tributo ao jogador, a maior figura popular do país, reverenciado pela sua trajetória profissional e política, como grande apoiador das

lutas populares do país e da América Latina.

A ânsia pelo último adeus ao ídolo gerou tumulto e confusão ao longo do dia, com episódios de confrontos entre a polícia e grupos de pessoas nos arredores da Casa Rosada, após o fechamento dos portões do local, já que o encerramento do velório estava previsto para 16 horas.

Após os incidentes, o horário foi ampliado até 19 horas, uma vez que milhares de pessoas ainda se aglomeravam na fila para ingressar na cerimônia de despedida. Apesar de Buenos Aires estar novamente na fase de isolamento social devido ao aumento do número de casos de Covid-19, o velório foi au-



Foto: Fernando Paixão - Brasil de Fato

torizado diante da excepcionalidade da perda repentina do jogador aos 60 anos.

O enterro de Diego Maradona ocorreu no dia 26 de novembro, em um cemitério particular de Buenos Aires. O país decretou três dias de luto oficial pelo falecimento do ídolo argentino.

(Redação - Brasil de Fato)

## Crise política sem fim: o que está acontecendo no Peru?

*Trama complexa de décadas de corrupção e um sistema político corroído e deslegitimado pela população reforçam problemas peruanos*

O Peru vive há dias, um intenso clima de instabilidade política, desde que o Congresso do país destituiu o então presidente Martín Vizcarra por “incapacidade moral para governar”. Seu sucessor de forma interina, Manuel Merino, ficou apenas seis dias no cargo e se demitiu após as denúncias de violência policial contra os protestos que ocorreram por mais de uma semana, sobretudo na capital, Lima. No dia 16 de novembro, Merino foi substituído por Francisco Sagasti, que se comprometeu a estabilizar a nação sul-americana.

### Motivações dos protestos

Os peruanos têm ocupado as ruas constantemente para protestar desde o impeachment de Vizcarra. Embora o ex-presidente esteja longe de representar os setores populares e progressistas, sua destituição é considerada um golpe de Estado parlamentar. Para os manifestantes, as acusações contra Vizcarra deveriam ter sido tratadas pelo Poder Judiciário e não em uma audiência do Congresso do país, que consideram “apressada”.

A acusação faz parte da investigação do chamado “Clube da Construção”, como é denominado o esquema de empresas do setor que atuaram como cartel e dividiram as licitações de obras públicas entre 2002 e 2016.

A Defensoria do Povo, que acompanha os



Foto: Flickr-Gobierno de Peru

protestos, relata a morte de dois jovens, de 22 e 24 anos, que participavam dos protestos contra o impeachment, além de mais de 200 feridos em decorrência da violência policial.

O presidente destituído em novembro deste ano, ficou quase dois anos no poder, já que assumiu após a renúncia de Pedro Pablo Kuczynski, em 2018, um dia antes do Congresso votar seu impeachment por lavagem de dinheiro no caso Odebrecht.

À profunda crise política que marca o país, soma-se uma crise social e econômica, além da atual crise sanitária mundial devido ao novo coronavírus. O Peru tem uma das mais altas taxas de mortalidade por covid-19, com 934 mil casos confirmados da doença e 35,1 mil mortes, em uma população de 32 milhões de habitantes. As próximas eleições gerais do país estão marcadas para abril de 2021.

(Luiza Mançano - Brasil de Fato)

## Com denúncias e fiscalização, mídia alternativa e popular ajuda a derrotar golpe na Bolívia

*Rádios populares e de povos originários denunciaram abusos cometidos pelo governo golpista e convocaram protestos contra Ñez e a favor do MAS.*

O trabalho constante das dezenas de rádios comunitárias e seus meios digitais foi fundamental para derrotar as forças golpistas, e informar a população da Bolívia durante o ano em que o país esteve sob comando da autoproclamada presidente Jeanine Ñez. Essa é a análise de Moises Mercado, economista e analista político que foi diretor de meios estatais do Ministério da Comunicação entre 2014 e 2015, durante o governo do ex-presidente Evo Morales.

Mercado destaca que o cenário da comunicação após o golpe de Estado de novembro de 2019, que forçou a renúncia de Morales, era muito desfavorável ao campo popular, já que a imprensa privada estava apoiando as iniciativas da direita e os meios estatais passaram a ser controlados pelo governo autoproclamado.

A Bolívia aprovou, em 2011, sua primeira lei de democratização dos meios de comunicação. Desde então, concessões e frequências de TV e rádio são divididas proporcionalmente entre o setor privado, o estatal e o comunitário e indígena, cada um com 33% de exclusividade.

“Ao todo, temos 54 rádios que são comandadas por povos originários e movimentos populares, que chegam a cerca de 32% da população boliviana, especialmente nas zonas rurais”, afirma.

Segundo o ex-diretor de meios estatais, as rádios comunitárias foram essenciais para denunciar os abusos cometidos pelo governo de Ñez, estando presentes e transmitindo informações sobre a repressão que os primeiros movimentos de resistência ao golpe sofreram.

Mercado ainda destaca o papel ativo desses meios na convocação de protestos e manifestações de resistência ao governo autoproclamado.

(Lucas Estanislau - Ópera Mundi)



Foto: Reprodução

## PÁGINA BÍBLICA

# Evangelho de Lucas - continuação

SANDRO GALLAZZI\*

Continuamos acompanhando e refletindo sobre o Evangelho de Lucas.

Lucas volta à memória do Cristo vivo, trazendo-o para dentro de sua comunidade para que Ele mesmo se encarregue de dar a resposta.

Por isso os protagonistas de Lucas serão os pobres, as mulheres, os últimos. Lucas olha para eles com carinho e muita fé. Sobre eles Jesus inclina-se para curá-los, para apurá-los, para fazê-los andar.

O Cristo de Lucas está sempre descendo, sempre sentando junto conosco. Por isso o sermão não é no monte, mas na planície. Ele é o misericordioso.

No centro do Evangelho de Lucas, junto com os pães, encontramos o bom samaritano que faz tudo que pode para que o ferido possa viver (Lc 10,29-37 / Lc 9,51). Jesus é o samaritano que sabe ao mesmo tempo endurecer seu rosto como pedra (Lc 23,28) para enfrentar Jerusalém, mas ao mesmo tempo sabe dizer às mulheres: não chorem (Lc 23,43); ao ladrão arrependido: hoje estarás comigo no paraíso; e aos seus algozes: Pai, perdoai-lhes porque não sabem o que fazem (Lc 23,34).

Mas, atenção! Isso não quer dizer fugir do conflito, da cruz. Lucas tem isso bem claro: o Deus que desce não vem somente para consolar, vem também para libertar da opressão.

Quem o dirá em voz alta será Maria, lá nas montanhas, na casa de Isabel, no momento em que estas duas mulheres, que não deviam estar grávidas (Isabel por ser velha e estéril, e Maria, por ser jovem e ainda não conviver com seu homem) encontram-se: a vida manifesta-se e com ela a certeza da misericórdia de Deus. Uma misericórdia que nada tem a ver com um sentimento de piedade, como a entendiam os gregos, uma misericórdia que:

“desbarata os planos dos soberbos, derruba do trono os poderosos e exalta os humildes, cumula de bens os famintos e despede os ricos de mãos vazias... misericórdia prometida aos nossos pais para sempre!” (Lc 1,51-55).

Maria: em Lucas, ela substitui José e é colocada como modelo à comunidade, modelo de quem se deixa fecundar pelo Espírito e se proclama “SERVA DE JAVÉ”.

Questionando, ao mesmo tempo, o templo que esqueceu a memória do Deus do Êxodo e por isso se tornou

mudo, Zacarias (= memória de Javé) vai permanecer mudo até o momento em que escreverá tudo que é o resumo do Antigo Testamento e que ele tinha esquecido. Ele terá que escrever uma única palavra: João! = Javé é misericórdia!

Só depois poderá proclamar em voz alta:

“Bendito seja Javé, Deus de Israel, que veio LIBERTAR seu povo” (Lc 1,68).

Depois vêm as páginas maravilhosas da natividade. Não serão os sábios do Oriente e sim pobres pastores e Simeão e Ana, dois velhos profetas, que rodearão Jesus. São os últimos que o reconhecem.

E para dizer que Jesus é de todos



e não só dos judeus, Lucas altera até a genealogia de Jesus, fazendo-a chegar até Adão, passando não pela via davídica oficial, como em Mateus, mas por uma linha secundária, que nunca esteve no trono.

O desenvolvimento do Evangelho de Lucas é interessante. Jesus sempre está caminhando, até chegar a uma casa, onde se acomoda para comer. O verbo comer e a palavra mesa são constantes neste Evangelho.

Para questionar a comunidade reunida, é na mesa que Jesus pergunta, discute e proclama sua mensagem.

Em sua primeira parte, durante

seu trabalho na Galiléia, três mesas marcam presença:

- **Na mesa de Levi** discute com os fariseus declarando que o vinho novo é para os pecadores e não para os justos, mostrando a novidade da comunidade que o velho não aceita.

- **Na mesa de Simão o fariseu** deixa-se tocar e acariciar por uma prostituta arrependida e derruba duramente toda a teologia da retribuição, escandalizando os presentes e exaltando o amor e o perdão, como categorias novas de relacionamento.

Os pães compartilhados são o sinal

do caminho da comunidade e a síntese do projeto de Jesus. É A MESA DE JESUS!

Na segunda parte, durante o caminho para Jerusalém, mais três mesas:

- **Na mesa do fariseu**, a denúncia da podridão do sistema farisaico, baseado na falsidade, no orgulho, e do sistema jurídico criador de uma lei opressora que continua querendo matar a profecia (Lc 11,37-52).

- **Na mesa do chefe da sinagoga** critica o sistema sinagoga que justifica uma organização hierarquizada: “Quem se exalta será humilhado e quem se humilha será exaltado”... Critica os banquetes oferecidos em troca de benefícios: “conviva os pobres, aleijados, cegos e coxos...” (Lc 14,1-24).

- **A mesa dos pecadores** escandaliza os justos, mas permite a Lucas escrever as páginas mais fortes de seu Evangelho que revelam o rosto misericordioso de Deus: a ovelha perdida e o pastor, a moeda perdida e a mulher, o filho pródigo e o pai. É A MESA DE JESUS! (Lc 15)

Três mesas mais, nesta parte, ajudam a completar a reflexão. São mesas que entram nas parábolas. Recordemos: os convidados ao banquete que recusaram o convite e são substituídos pelos pobres das ruas da cidade e pelos últimos dos atalhos do campo (Lc 14, 16-24).

**O banquete que o pai prepara para o filho que volta** e que tanto escandaliza o filho bom, que não participa da ceia; e **o banquete do rico que não dá nada a Lázaro**, com sua mensagem bem clara: tudo que está em Moisés e nos profetas resume-se no pão compartilhado (Lc 15,23 / Lc 16,19-31).

Na última parte, mais três mesas. Estas são decisivas:

- **A mesa da última ceia** que Jesus fez questão de comer. Nesta mesa Lucas condensa as maiores mensagens ao discípulo, fazendo uma forte crítica à mentalidade grega que penetrou a comunidade: “EU ESTOU ENTRE VOCÊS COMO QUEM SERVE” (Lc 22,14-27).

- **A mesa do Reino**, É a mesa de Jesus que, no Reino, o Pai preparou para ele e para todos que “permanecem com ele em todas as suas tentações”, para os que o seguem e que sentarão à mesa com ele (Lc 22,28-30).

- **A mesa de Emaús**. Colocada depois da ressurreição, é a mesa mais importante. É a mensagem final que Lucas deixa às suas comunidades (Lc 24,13-35).

## EXPERIÊNCIA

Foto: Leandro Santos - Cocalinho/MA



# O Radar das Queimadas

## ARTICULAÇÃO DAS CPT'S DO CERRADO\*

O Brasil está sendo incendiado, literalmente. Como demonstrado pelo Instituto de Pesquisa Espaciais (INPE), houve o crescimento de 46% das queimadas no ano de 2019, onde foram registrados 187.506 mil focos de incêndios, que superou os 127.599 de 2018. Em 2020, os números de incêndios alcançaram a casa dos 214.106 mil focos, uma taxa 14% maior que o ano anterior.

No continente sul-americano, o Brasil é o país com maior número de incêndios florestais, mantendo-se, desde 2014, acima dos 100 mil focos de calor, enquanto demais países vizinhos não ultrapassaram a faixa dos 50 mil focos. Entretanto, o aumento dos incêndios não é um fenômeno isolado, ele se alastra por vários países do continente; o Equador, por exemplo, teve uma taxa de crescimento de 124%, Uruguai 69%, Paraguai 65%, Guyana Francesa 33%, Colômbia 33% e Venezuela a 26%.

De janeiro a outubro de 2020, foram queimados 293.214 mil quilômetros quadrados de terras brasileiras, e as regiões mais impactadas foram Centro-Oeste e Norte, áreas de domínio dos sistemas biogeográficos Cerrado, Amazônia e Pantanal. Somente na Amazônia foram registrados 99.227 mil

focos, queimando cerca de 74.339 km<sup>2</sup>. No Cerrado registrou-se 62.011 focos, atingindo 136.578 km<sup>2</sup>. E no Pantanal ocorreu 21.871 focos, atingindo 36.617 km<sup>2</sup>, isso significa que, cerca de 30% desse sistema biogeográfico considerado como maior planície alagada do planeta, foi consumido pelo fogo.

Em tese, segundo pesquisadores, a Amazônia e o Pantanal, em situações normais de conservação de suas características próprias de abundância de água e alta umidade, não deveriam pegar fogo. Seus solos e vegetações não são adaptados a incêndios e pode ocorrer uma grande perda de biodiversidade. Ao contrário dos dois, o Cerrado é um sistema biogeográfico mais quente e seco, e com vegetação mais adaptada ao fogo natural e ao fogo controlado. As árvores e gramíneas do Cerrado, dependendo da intensidade e do período da queima conseguem se regenerar, como ocorre nos manejos tradicionais, realizados por povos e comunidades cerraenses, através do uso do fogo nas roças de toco ou manejo de áreas de veredas.

A questão posta é: o que está por trás dos incêndios? Segundo o Instituto Centro de Vida (ICV), que desenvolveu um sistema de monitoramento das queimadas e desmatamento no Pantanal, são três fatores que influenciam diretamente o crescimento das quei-

madas: 1) a seca da região ocasionada pela redução de 50% das chuvas, o que afetou severamente o Rio Paraguai; 2) o uso do fogo de forma descontrolada para abertura de novas áreas para fins de exploração agropecuária; 3) a falta de controle ambiental e a impunidade através da histórica anistia concedida a grandes latifundiários, para perdão das multas por crimes ambientais. Para Clóvis Vailant, tanto os fatores climáticos quanto a sensação de impunidade têm relação direta com a política de Estado, que favorece a expansão do “território de domínio da soja”, um fenômeno que ocorre no Brasil e em vários países da América do Sul.

Para acompanhar o problema das queimadas, a CPT através da Campanha Radar das Queimadas publicou materiais e, juntamente a várias Ongs, movimentos, pastorais do campo e movimentos sociais, provocou o debate para o enfrentamento das questões que estão por trás dos incêndios que atingem os territórios do Cerrado, Amazônia e Pantanal. De acordo com as comunidades, a grande maioria dos fogos que atingiram seus territórios vieram de fora, de áreas de grandes fazendas. Destacam ainda que, nos seus municípios não existem programas de combate aos incêndios e poucos municípios contam com apoio do corpo de bombeiros para tal função.

O enfrentamento às queimadas tem sido um desafio, pois o combate aos incêndios acontece através das iniciativas das comunidades, em mutirões com uso de galhos de árvores, panos molhados e baldes com água ou o uso da técnica contrafogo. As comunidades se encontram em alerta e contam apenas com o apoio dos vizinhos e parceiros.

As queimadas revelam o quanto o Estado brasileiro peca com a ausência de política de proteção para o meio ambiente e territórios tradicionais. Para as comunidades, as queimadas são antecedidas pela cadeia da grilagem, que tem um ciclo vicioso de desmatamento – queimadas – avanços das monoculturas de grãos ou capim para gado. Nesse sentido, os incêndios criminosos fazem parte do processo da grilagem, se configurando como mais uma arma dos grileiros para expulsar povos de seus territórios tradicionais. Em meio a imagens apocalípticas que circulavam nas redes sociais alvoroçando a população em geral, o Governo Federal procurava se eximir da responsabilidade, buscando de forma sorrateira jogar a culpa nos povos indígenas e caboclos que, há 520 anos, cuidam e zelam pela conservação desses riquíssimos sistemas biogeográficos.

Então, entendendo que as queimadas fazem parte do processo do avanço do capital no campo, principalmente através das fronteiras agropecuárias, foi criada uma Articulação em Defesa do Cerrado, Amazônia e Pantanal juntando mais de 40 organizações e redes que acreditam que, para além do enfrentamento às queimadas em si, é preciso enfrentar a voracidade do agronegócio e da boiada que avança juntamente aos incêndios. Para as organizações que se somam, é preciso desconstruir análises distorcidas e enganosas do “agro é pop”; e construir análises e narrativas que responsabiliza os verdadeiros culpados pelos incêndios o “agro é fogo”; e garantir territórios livres e fortalecimento dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais.

Por fim, o primeiro pontapé da Articulação foi a publicação da carta “O agro é fogo: queimadas são responsabilidades do agronegócio”; participação na Audiência Pública na Câmara dos Deputados com a Comissão Externa sobre os Biomas; e aprovação da Resolução 42, de 27 de outubro de 2020, com recomendações ao Estado Brasileiro de tomada de providência no enfrentamento aos incêndios florestais agravados pelas queimadas no Pantanal, Cerrado e Amazônia expedida pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

CARTÃO DE NATAL

Foto: João Zinclar



**Este Natal nos encontra envoltos em trevas**

Trevas provocadas pela Covid 19, que nos obrigou alterar tudo na vida,

Trevas resultantes do vírus da indiferença

que descarta pobres, indígenas e quilombolas, quem tem outra orientação sexual

Trevas alimentadas pelos vírus

**do ódio** - são inimigos os que não compartilham de uma mesma visão

**da ignorância** - não vê a humanidade como parte da natureza... sua

crença vale mais do que a ciência

**da ganância** - tudo é mercadoria, fonte de lucros.

Mas não nos deixemos sufocar por estas trevas pois:

**“O povo que andava na escuridão viu uma forte luz; a luz brilhou sobre os que viviam nas trevas. Pois já nasceu uma criança, Deus nos mandou um menino que será o nosso rei. Ele será chamado de ‘Conselheiro Maravilhoso’, ‘Deus Poderoso’, ‘Pai Eterno’, ‘Príncipe da Paz’. As bases do seu governo serão a justiça e o direito, desde o começo e para sempre” (Is 9,2-7).**

A CPT espera que você, com a luz deste Menino, ajude a dissipar as trevas que nos envolvem!

**Assine ou renove sua assinatura**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Exemplares: \_\_\_\_\_

**Assinatura anual:**

- Brasil ..... R\$ 10,00
- Para o exterior ..... US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal,  
 Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0 - Comissão Pastoral da Terra  
 CNPJ: 02.375.913/0001-18  
 Informações [cpt@cptnacional.org.br](mailto:cpt@cptnacional.org.br)

**COMISSÃO PASTORAL DA TERRA**

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.  
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

**CORREIOS**  
 Mala Direta  
 Postal Básica  
 9912277124-DR/GO  
 COM. PAST. DA TERRA

**IMPRESSO**

**VIA AÉREA**